ISSN: 2358-8829

ALFABETIZAÇÃO EM CONTEXTOS INCLUSIVOS: DESAFIOS ENFRENTADOS POR DOCENTES DO 1º E 2º ANO DA REDE PÚBLICA DE SIMÃO DIAS–SE.

Edislaine de Santana Santos [1]
Camila Vieira da Silva [2]

INTRODUÇÃO

A alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental envolve o ensino sistemático da leitura e da escrita em turmas constituídas por estudantes com diferentes conhecimentos, trajetórias escolares e necessidades de aprendizagem. Em uma perspectiva inclusiva, esse trabalho exige que o planejamento considere as formas de participação dos estudantes nas atividades e as condições necessárias para que tenham acesso ao conhecimento. A seleção de recursos, a organização das propostas e o acompanhamento pedagógico tornam-se, assim, questões diretamente relacionadas à concretização do ensino.

Nesse contexto, as demandas da alfabetização também envolvem as condições em que os professores desenvolvem suas práticas. A disponibilidade de materiais, o apoio especializado, o tempo de planejamento e a composição das turmas interferem nas possibilidades de organizar intervenções e acompanhar as aprendizagens. Investigar como os docentes compreendem essas demandas permite examinar tanto as estratégias que relatam utilizar quanto os obstáculos que identificam no cotidiano escolar.

A formação docente constitui uma dimensão desse problema, especialmente quando se considera a relação entre os conhecimentos adquiridos e a percepção de preparo para atuar em contextos inclusivos. Possuir formação na área e sentir-se preparado para responder às situações de ensino são aspectos distintos, cuja análise requer atenção às experiências profissionais e ao suporte oferecido pelas instituições. Essa discussão

[1] Graduada pelo Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário AGES - UniAGES, danibio17@outlook.com ;
[2]Mestra do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, camilavieiradasilva372@gmail.com

ISSN: 2358-8829

permite compreender as necessidades formativas em articulação com as condições de trabalho e com as especificidades da alfabetização.

A presente pesquisa aborda essas questões a partir das respostas de 16 docentes com atuação no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental. O problema que orienta a investigação pode ser expresso pela seguinte pergunta: quais desafios e estratégias de alfabetização em contextos inclusivos são relatados pelos professores participantes e como esses relatos se relacionam à formação, à percepção de preparo e às condições de apoio ao trabalho pedagógico? O objetivo consiste em analisar esses desafios e estratégias, considerando as dimensões formativas e institucionais presentes nas respostas.

A relevância da investigação está na sistematização das percepções de profissionais que desenvolvem o trabalho de alfabetização e enfrentam demandas relacionadas à diversidade das aprendizagens. Ao tomar essas respostas como objeto de análise, a pesquisa contribui para identificar questões que podem orientar discussões sobre formação continuada, planejamento e suporte às escolas. Na perspectiva das professoras pesquisadoras, esse movimento permite transformar questões do campo educacional em problemas de investigação, examinados mediante a organização dos registros e a interpretação dos resultados.

Para atender ao objetivo, foram analisadas respostas a um questionário aplicado pelo Google Forms, registradas entre 24 e 30 de julho de 2026. O instrumento reuniu perguntas fechadas e abertas sobre o perfil profissional, as dificuldades de alfabetização, a participação familiar, o preparo para o ensino em contextos inclusivos, o apoio escolar e as estratégias pedagógicas. As respostas fechadas foram organizadas em frequências absolutas e percentuais, enquanto as manifestações discursivas foram examinadas quanto às preocupações e às propostas apresentadas pelos participantes.

Os resultados revelam a coexistência de formação declarada em Educação Inclusiva e percepção de preparo parcial para alfabetizar nesse contexto. Também registram o uso de jogos, materiais concretos e atividades diferenciadas, acompanhado de dificuldades relativas ao apoio especializado, ao número de estudantes por turma e à disponibilidade de materiais. Esses achados sustentam uma discussão sobre a articulação entre iniciativas docentes e condições institucionais de ensino. Por expressarem respostas ao questionário, permitem compreender as percepções e práticas declaradas pelo grupo, sem constituir uma avaliação direta da aprendizagem dos estudantes.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo apresenta caráter descritivo e abordagem qualitativa, com utilização de frequências absolutas e percentuais para a organização das respostas fechadas. A investigação foi orientada à compreensão dos desafios e das estratégias de alfabetização em contextos inclusivos relatados por docentes do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental, considerando a formação, a percepção de preparo e as condições de apoio ao trabalho pedagógico.

Participaram 16 docentes, dos quais 15 declararam vínculo com a rede municipal e um com a rede estadual. Quanto ao ano de atuação, oito informaram trabalhar no 1º ano, três no 2º ano e cinco em ambos. Todos declararam possuir pós-graduação. Em relação ao tempo de atuação, sete participantes indicaram até cinco anos, seis entre seis e dez anos e três entre onze e vinte anos. A análise circunscreve-se ao grupo respondente, sem pretensão de representatividade estatística das redes de ensino.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário disponibilizado na plataforma Google Forms, com respostas registradas entre 24 e 30 de julho de 2026. O instrumento contemplou perguntas fechadas, questões de múltipla seleção e perguntas abertas. Foram abordados o perfil profissional dos participantes, a percepção sobre a aprendizagem das turmas, as dificuldades de alfabetização, a participação familiar, a formação em Educação Inclusiva, o preparo para atuar nesse contexto, o apoio escolar e os recursos pedagógicos utilizados. As questões abertas permitiram registrar desafios e propostas de melhoria nas palavras dos respondentes.

As respostas fechadas foram sistematizadas em tabelas com frequências absolutas e percentuais, calculados sobre o total de 16 participantes. Nas questões de múltipla seleção, cada alternativa foi contabilizada conforme o número de docentes que a assinalaram; por essa razão, a soma dos percentuais pode ultrapassar 100%. Na questão que orientava a escolha de até três dificuldades, foram identificadas respostas com quantidade superior à indicada. Esses registros foram mantidos conforme a exportação do formulário, e essa ocorrência foi considerada na interpretação dos resultados.

As respostas abertas foram lidas e organizadas em eixos de discussão referentes ao apoio institucional e às condições de trabalho, à formação e às práticas inclusivas, à

ISSN: 2358-8829

participação familiar e às defasagens de aprendizagem, bem como ao tempo e à heterogeneidade das turmas. Essa organização teve a finalidade de reunir questões relacionadas ao objetivo da pesquisa. Não foram atribuídas frequências aos eixos, uma vez que uma mesma resposta poderia abordar diferentes aspectos.

A questão referente à presença de estudantes público-alvo da Educação Especial apresentou respostas heterogêneas, incluindo afirmações, números isolados e descrições. Diante da ausência de padronização, não foi calculado um total de estudantes, e os campos em branco não foram interpretados como indicação de ausência desse público nas turmas. Esse procedimento evitou a produção de estimativas sem sustentação nos registros disponíveis.

A interpretação articulou os resultados das perguntas fechadas às manifestações discursivas, distinguindo as percepções dos docentes de constatações sobre as práticas ou sobre o desempenho dos estudantes. Como a pesquisa se baseou em respostas a um questionário, seus resultados permitem analisar experiências e avaliações declaradas pelos participantes, sem verificar diretamente a realização das atividades ou seus efeitos sobre a aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Alfabetização e diversidade das aprendizagens

A compreensão dos desafios da alfabetização exige distinguir a apropriação do sistema de escrita das possibilidades de utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais. Soares (2004) denomina esses processos alfabetização e letramento e os compreende como distintos, mas interdependentes. Essa perspectiva sustenta um ensino que contemple os conhecimentos específicos da escrita alfabética em articulação com situações de leitura e produção de textos.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece a alfabetização como foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (Brasil, 2018). Esse recorte corresponde aos anos de atuação dos docentes participantes da pesquisa. As dificuldades de consciência fonológica, leitura e escrita indicadas no questionário ajudam a identificar quais aspectos da alfabetização merecem atenção no planejamento das atividades e no acompanhamento das turmas.

ISSN: 2358-8829

A autora também reconhece diferentes dimensões da aprendizagem inicial da língua escrita, entre elas a consciência fonológica e as relações entre fonemas e grafemas. A diversidade dessas dimensões requer procedimentos de ensino adequados aos conhecimentos que se pretende desenvolver e às características dos estudantes (Soares, 2004).

Para esta pesquisa, essa compreensão permite examinar as dificuldades de alfabetização de maneira mais precisa. Consciência fonológica, leitura, escrita e interpretação, mencionadas no questionário, correspondem a aspectos relacionados, mas não equivalentes. Sua reunião em uma classificação genérica de dificuldade poderia ocultar necessidades de ensino distintas. O exame das respostas deve, portanto, considerar o que cada categoria permite compreender, respeitando os limites das informações coletadas.

De modo semelhante, a análise dos recursos pedagógicos precisa considerar a finalidade de sua utilização. O registro de jogos, materiais concretos ou atividades diferenciadas identifica escolhas declaradas pelos docentes, mas não informa, isoladamente, quais conhecimentos foram trabalhados ou como ocorreu o acompanhamento da aprendizagem. Neste estudo, esses recursos serão discutidos como componentes das práticas relatadas, cuja compreensão depende dos objetivos e das condições de ensino.

Formação docente e condições para o ensino inclusivo

A formação para a educação inclusiva envolve a relação entre conhecimentos profissionais e situações concretas de ensino. Pletsch (2009), ao discutir a formação de professores, destaca a necessidade de articulação entre teoria e prática e de preparação para o trabalho com a diversidade dos estudantes. Sua análise situa a formação em relação aos desafios enfrentados pelos docentes e às condições em que a inclusão escolar se realiza.

A autora também aborda a importância do suporte especializado e da articulação entre os profissionais que atuam no ensino comum e na Educação Especial. Nessa perspectiva, a formação integra um conjunto de condições necessárias ao trabalho pedagógico, que inclui recursos e apoio institucional (Pletsch, 2009).

ISSN: 2358-8829

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão compõem o marco legal da educação inclusiva no país (Brasil, 1996, 2015). No contexto desta pesquisa, essas referências ajudam a situar as dificuldades relatadas pelos docentes, como a insuficiência de apoio especializado e a falta de materiais, na discussão sobre as condições que a escola e a rede de ensino oferecem para a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Essa discussão oferece uma orientação para interpretar a relação entre formação declarada e percepção de preparo. No questionário desta pesquisa, essas informações foram recolhidas separadamente e devem permanecer distintas na análise. A declaração de participação em formação não permite conhecer, por si só, sua duração, seus conteúdos ou sua proximidade com as demandas da alfabetização. Da mesma forma, sentir-se parcialmente preparado expressa uma avaliação profissional do respondente, sem constituir uma medida objetiva de sua competência.

A investigação dessas dimensões permite discutir necessidades formativas sem atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pelas dificuldades relatadas. Quando os participantes mencionam apoio especializado insuficiente, falta de materiais ou tempo reduzido para planejar, apresentam condições que precisam ser examinadas juntamente com suas escolhas pedagógicas. A análise pode, assim, identificar demandas de formação e de organização do trabalho escolar, preservando a especificidade de cada uma.

Articulação entre o referencial e a pesquisa

As contribuições de Soares (2004) e Pletsch (2009) orientam a análise de duas dimensões complementares do objeto investigado: as exigências do ensino da leitura e da escrita e as condições profissionais e institucionais para desenvolvê-lo em contextos inclusivos. Essa articulação permite discutir as estratégias relatadas pelos docentes em relação às dificuldades que identificam e ao apoio de que dispõem.

A interpretação dos resultados será conduzida por essa relação, considerando os participantes como profissionais que avaliam suas experiências e apresentam demandas sobre o ensino. O referencial teórico oferecerá elementos para problematizar suas respostas, sem substituir os registros empíricos nem atribuir ao estudo resultados que não foram investigados.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 16 participantes declararam possuir pós-graduação, e 15 informaram ter formação em Educação Inclusiva. Quanto ao preparo para alfabetizar nesse contexto, 13 docentes se consideraram parcialmente preparados e três afirmaram estar preparados. Os resultados mostram que a presença de formação no percurso profissional coexiste com a percepção de necessidades ainda não plenamente atendidas no exercício da docência.

Essa relação requer atenção ao significado das informações coletadas. A formação declarada não foi caracterizada quanto à carga horária, aos conteúdos ou às oportunidades de aplicação e acompanhamento na escola. Assim, os dados não permitem avaliar a qualidade dos cursos realizados. Entretanto, a percepção de preparo parcial, assinalada pela maioria dos respondentes, constitui uma demanda relevante para a discussão da formação continuada.

Em diálogo com Pletsch (2009), esse resultado pode ser examinado a partir da articulação entre conhecimentos teóricos e situações concretas de ensino. No campo da alfabetização, essa articulação envolve decisões sobre os objetivos das atividades, os recursos utilizados e as formas de acompanhar estudantes com diferentes necessidades.

As solicitações de formação prática presentes na análise das respostas abertas reforçam a pertinência de propostas formativas vinculadas às questões que os professores identificam em seu trabalho.

Quanto à suficiência do apoio escolar, nove docentes responderam que a escola o oferece na maioria das vezes, enquanto sete indicaram que isso ocorre raramente. Essa distribuição revela experiências distintas entre os participantes e impede caracterizar o suporte recebido como uniformemente suficiente ou insuficiente.

Nas questões específicas sobre as dificuldades para a inclusão, dez docentes apontaram apoio especializado insuficiente, nove mencionaram o número elevado de estudantes por turma e oito assinalaram falta de materiais. A adaptação das atividades e o tempo insuficiente foram indicados por seis participantes cada, enquanto três mencionaram falta de formação.

Os resultados situam as dificuldades da alfabetização inclusiva também na organização do trabalho escolar. Na análise das respostas abertas, aparecem solicitações de profissionais de apoio, equipes multiprofissionais, materiais adequados e maior investimento. Também são mencionadas demandas burocráticas e dificuldades de

ISSN: 2358-8829

acompanhamento em turmas numerosas. Esses registros ampliam a discussão para além da escolha de técnicas de ensino e permitem identificar condições que os participantes consideram necessárias ao desenvolvimento de suas práticas.

A contribuição de Pletsch (2009) ajuda a compreender a formação e o suporte especializado como dimensões articuladas. Nesta pesquisa, as demandas apresentadas pelos docentes sugerem a necessidade de discutir como diferentes profissionais e instâncias da escola podem colaborar no planejamento e no acompanhamento pedagógico, sem concentrar no professor da turma a resolução de todas as dificuldades.

Ao avaliar a aprendizagem de suas turmas, oito docentes a classificaram como regular, sete como boa e um como baixa. Essas respostas expressam avaliações profissionais dos participantes, sem equivaler a resultados de uma avaliação padronizada.

Entre as dificuldades mais frequentes, consciência fonológica e apoio familiar receberam 11 indicações cada. A leitura foi assinalada por dez docentes, a escrita por oito, a atenção por seis, e a produção textual e a interpretação por cinco cada. A opção matemática recebeu quatro indicações, mas, diante do objetivo deste estudo, a discussão concentra-se nas questões relativas à alfabetização.

Essas categorias reúnem elementos de naturezas distintas. Consciência fonológica, leitura e escrita dizem respeito a conhecimentos e habilidades envolvidos na aprendizagem da língua escrita. Apoio familiar corresponde a uma condição de acompanhamento, enquanto atenção se refere a uma característica percebida na participação nas atividades. Distinguir essas dimensões permite evitar que todos os aspectos sejam tratados como dificuldades individuais dos estudantes.

A discussão de Soares (2004) sobre as diferentes facetas da alfabetização oferece uma referência para interpretar a presença simultânea de dificuldades relacionadas à consciência fonológica, à leitura e à escrita. No grupo pesquisado, essas indicações apontam para a pertinência de examinar quais conhecimentos precisam ser ensinados e acompanhados, em vez de reduzir a análise a uma classificação geral de desempenho.

A influência da família na alfabetização foi considerada elevada por 13 participantes. Dois responderam que ela não interfere e um indicou interferência parcial. Em outra questão, 11 docentes incluíram o apoio familiar entre as dificuldades mais frequentes. Os resultados mostram que a relação entre escola e família ocupa espaço expressivo na compreensão dos respondentes sobre a alfabetização.

ISSN: 2358-8829

A análise das respostas abertas registra preocupações com o contexto social, o acompanhamento escolar e as defasagens de leitura e escrita. A partir desses elementos, a aproximação com as famílias pode ser discutida como possibilidade de comunicação e compreensão das necessidades dos estudantes. Seu planejamento exige conhecer as condições de cada comunidade e definir formas viáveis de participação, preservando a responsabilidade da escola pelo ensino.

Os jogos foram os recursos mais assinalados, mencionados por 14 docentes. Materiais concretos receberam 11 indicações, atividades diferenciadas foram citadas por dez e sequências didáticas por sete. Literatura infantil e tecnologias foram indicadas por quatro participantes cada, enquanto um assinalou outros recursos.

A distribuição evidencia que os respondentes recorrem a diferentes possibilidades de organização das atividades. O destaque dos jogos e dos materiais concretos oferece elementos para discutir sua utilização no ensino da leitura e da escrita.

A menor frequência de indicação de literatura infantil e tecnologias também não autoriza concluir que esses recursos estejam ausentes do cotidiano escolar. As respostas identificam as opções assinaladas no formulário, cujo alcance deve ser respeitado. Ainda assim, sua distribuição pode orientar investigações posteriores sobre os critérios de seleção dos materiais e sua relação com as necessidades das turmas.

A análise integrada mostra que os desafios relatados pelos participantes abrangem conhecimentos específicos da alfabetização, percepção de preparo, disponibilidade de apoio e condições de organização do ensino. Ao mesmo tempo, os docentes informam utilizar recursos variados e apresentam propostas de melhoria relacionadas à formação, ao acompanhamento e aos materiais pedagógicos.

A contribuição da pesquisa está em tornar essas demandas explícitas e organizá-las como questões para o debate educacional. Os resultados oferecem subsídios para discutir ações formativas vinculadas à prática, formas de colaboração entre profissionais e condições para o planejamento e o acompanhamento da aprendizagem. Essas possibilidades decorrem das necessidades identificadas pelo grupo e devem ser examinadas conforme a realidade das escolas.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar os desafios e as estratégias de alfabetização em contextos inclusivos relatados por 16 docentes do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental. Os resultados mostram que as demandas identificadas pelo grupo abrangem o ensino da leitura e da escrita, a formação profissional e as condições institucionais de apoio. A compreensão dessas dimensões em conjunto contribui para situar as dificuldades relatadas no contexto de realização do trabalho pedagógico.

Entre os achados, destaca-se a coexistência de formação declarada em Educação Inclusiva e percepção de preparo parcial para alfabetizar nesse contexto. Essa relação evidencia uma demanda por aprofundamento profissional que merece ser considerada no planejamento da formação continuada. As solicitações registradas nas respostas abertas apontam para a pertinência de propostas que possibilitem discutir situações de ensino, planejamento de atividades e acompanhamento das diferentes necessidades de aprendizagem.

Os docentes também relataram utilizar jogos, materiais concretos, atividades diferenciadas e sequências didáticas. Essas respostas registram iniciativas de organização do ensino, ao mesmo tempo que as dificuldades mencionadas revelam necessidades de apoio especializado, materiais e tempo para intervenções. A contribuição pedagógica desses achados está em oferecer elementos para discutir a articulação entre as escolhas dos professores e o suporte necessário ao seu desenvolvimento.

A participação familiar constituiu outra preocupação expressiva entre os respondentes. Sua presença nos resultados indica a necessidade de examinar as formas de comunicação e colaboração entre escola e família, considerando as condições sociais de participação. Essa aproximação deve contribuir para o acompanhamento dos estudantes, preservando a responsabilidade da escola pela organização e pela oferta do ensino.

Na perspectiva das professoras pesquisadoras, a investigação possibilitou sistematizar questões relacionadas à alfabetização inclusiva e transformá-las em objeto de análise. A organização das respostas tornou explícitas demandas que podem subsidiar o diálogo entre docentes, equipes pedagógicas e gestão educacional. A relevância do estudo reside nessa produção situada de conhecimento, capaz de orientar perguntas e decisões sobre formação e condições de ensino.

Os resultados sustentam a necessidade de articular formação continuada, planejamento pedagógico e suporte institucional no enfrentamento dos desafios identificados. Para o grupo pesquisado, a alfabetização em contextos inclusivos envolve demandas que requerem acompanhamento e decisões compartilhadas, com atenção às condições de participação e aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 09 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 out. 2026.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143–156, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010. Acesso em: 29 out. 2026.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5–17, jan./abr. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002. Acesso em: 29 set. 2026.